

EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

PL n. 21/2024
Pregão Eletrônico n. 06/2024

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Carlos Chagas-MG

OBJETO

Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais médicos/ambulatoriais/hospitalares para manutenção do atendimento nas Unidades de Saúde do Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.212.694,98 (um milhão duzentos e doze mil seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/06/2024 às 08:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM (COM EXCEÇÃO DO ITEM 132)

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	2
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	2
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	2
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	15
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	16
11. DOS RECURSOS	17
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024

(Processo Licitatório nº 21/2024)

Torna-se público que o Município de Carlos Chagas-MG, por meio da Divisão de Licitação, sediada a Avenida Capitão João Pinto, 193, Centro, Carlos Chagas-MG, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto n.181/2023, disponível no link <https://www.carloschagas.mg.gov.br/legislacao/tipo/decreto/3> e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o **registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais médicos/ambulatoriais/hospitalares para manutenção do atendimento nas Unidades de Saúde do Município**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será realizada por ITEM.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no(s) Sistema(s) relacionado(s) no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para todos os itens (**com exceção do item 132**), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório e ainda que;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor do desconto do ITEM;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. *O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. O percentual de desconto ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, NÃO LHE ASSISTINDO O DIREITO DE PLEITEAR QUALQUER ALTERAÇÃO, SOB ALEGAÇÃO DE ERRO, OMISSÃO OU QUALQUER OUTRO PRETEXTO.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição. SE VERIFICADO, A QUALQUER MOMENTO, QUE O NÍVEL

DE QUALIDADE OU DESEMPENHO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS NÃO PERMITE A CONSECUÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, O PROPONENTE CONTRATADO DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, SUBSTITUI-LOS OU REFAZE-LOS, SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas nacionais e municipais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ou do Tribunal de Contas da União, a depender da origem dos recursos financeiros e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do ITEM.

- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Tratando-se de licitação em lote, a contratação posterior de item específico do exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a entidade e serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade os obtidos na pesquisa de preços que subsidiou o valor estimado da contratação.

6.20.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Pregoeiro;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1. *Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.*

7.8.2. *Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;*

7.8.3. *Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.*

7.8.4. *Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.*

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira é a seguinte:

I. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Prova de inscrição no CNPJ;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou;
- c) Cópia dos documentos pessoais do representante legal da empresa e/ou do responsável pela assinatura do instrumento contratual, neste último caso, acompanhado de instrumento de mandato público ou particular, com poderes específicos para tal ato ou;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou;
- e) Portaria de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em

funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- f) Número de telefone para contato e e-mail, e-mail este que valerá como meio oficial para recebimento de comunicados, notificações e intimações, de qualquer natureza, mesmo em processos administrativos de aplicação de sanções e de responsabilização;
- g) Se a empresa possui certificado digital para fins de assinatura de contratos, atas e instrumentos equivalentes.

II – HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA.

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal e/ou Estadual do domicílio ou sede da empresa;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive, as Contribuições Sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do Parágrafo único do art. 11 da Lei n. 8.212/1991;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando for o caso.

III – HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA.

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica dentro do prazo de validade.
- b) Capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

IV – HABILITAÇÃO TÉCNICA.

- a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de serviços bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- b) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
 - b.1) Prestação do serviço equivalente.
 - b.2) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
 - b.3) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- c) Alvará Sanitário vigente expedido pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal da sede do licitante.
- d) Cópia da publicação no D.O.U (Diário Oficial da União) da Autorização de Funcionamento da empresa, emitida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) dentro do prazo de validade.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% dez por cento para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, podendo ainda ser **consultados** por meio do *Sicaf*.

8.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.8. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no *Sicaf* serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.10. A verificação no *registro cadastral no Sicaf* ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para fins de complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou

para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. NA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, O PREGOEIRO ADOTARÁ A ORIENTAÇÃO CONTIDA NO ACÓRDÃO N. 1211/2021 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP, observando as exceções da lei 14.133/21, principalmente no art. 176 e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a

realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, aplicando-se, se for o caso, o disposto no art. 90 e seus parágrafos, da Lei Federal n. 14.133/2023

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no regulamento municipal.

10.3.3. Quando o signatário da ata se recusar ou se omitir em cumprir suas obrigações em tempo hábil;

10.3.4. Durante o período de tramitação de Processo Administrativo de Responsabilização em face do signatário da ata.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitação do Município.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante/contratado que, com dolo ou culpa:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que tal inexecução não traga prejuízos diretos aos cofres públicos, aos usuários e destinatários dos serviços públicos ou à execução do serviço ou obra e desde que o fornecedor já não tenha sido advertido em momento anterior, no âmbito do mesmo instrumento contratual.

ii. Impedimento de licitar e contratar:

I. De 06 (seis) meses a 18 (dezoito) meses, quando o contratado:

- a) vencido o prazo de advertência, permanecer inadimplente;
- b) deixar de entregar, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, os documentos exigidos para o certame;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- e) tumultuar a sessão de licitação;
- f) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação; paralisar injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens, sem motivo justificado;
- g) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

II - De 01(um) ano até 03 (três) anos, quando o fornecedor:

- a) concorrer para o atraso ou inexecução total ou parcial do objeto contratado, de modo a ensejar a extinção do instrumento contratual;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) receber multa e não efetuar o pagamento.
 - e) receber 02 (duas) penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a 06 (seis) meses;
 - f) for reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
 - 1. Atraso na execução do objeto;
 - 2. Alteração de marca ou quantidade do objeto contratado;
 - g) Deixar de devolver valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
 - h) Induzir em erro a Administração;
 - i) Ensejar o cancelamento da Ata de Registro de Preços;
 - j) Entregar mercadoria deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se adequada ou perfeita fosse;
 - k) Não atender às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas no instrumento contratual;
 - l) Alterar qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - m) Prestar serviço de baixa qualidade ou fornecer bens de baixa qualidade.
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando cometidas as seguintes infrações:
- a) apresentar declaração ou documentação falsa, adulterada ou fraudada exigida para o certame ou para as contratações diretas ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.
 - f) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame;
 - g) Entregar mercadoria falsificada ou adulterada, como se verdadeira ou perfeita fosse;
 - h) Alterar substância da mercadoria fornecida;
 - i) Oferecer vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
 - j) Ser condenado definitivamente, na esfera cível ou criminal, pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais inerentes às atividades pertinentes ao contrato firmado com a Administração.
- iv. Multa:
- a) Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - b) 10% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

c) 30% sobre o valor do fornecimento não realizado/serviço não prestado/etapa de obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

d) 20%, em caso de recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Seção de Licitações, Compras e Contratos ou rescisão do instrumento contratual, calculado sobre a parte inadimplente; e

e) 15% sobre o valor do contrato/nota de empenho/ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

iv.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

12.3. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante

12.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial e na Plataforma <https://www.gov.br/compras/pt-br> no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: licitacao@carloschagas.mg.gov.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.6. A resposta ao pedido de esclarecimento vincula as decisões do Pregoeiro e passa a integrar este Edital, independente de transcrição.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico do Município.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. FICA PROIBIDA QUALQUER COMUNICAÇÃO ENTRE O LICITANTE E O PREGOEIRO OU COM QUALQUER OUTRO AGENTE PÚBLICO FORA DOS MEIOS DEFINIDOS NO ITEM 13.3.

14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observando as exceções da lei 14.133/21, principalmente no art. 176 e no endereço eletrônico www.carloschagas.mg.gov.br.

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.12.2. ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial a ser apresentada pelo licitante vencedor quando solicitado;

14.12.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Carlos Chagas-MG, 04 de junho de 2024

Sumaia Nunes Teixeira
Diretora de Divisão de Licitação

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2024

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)	
Previsão no PCA	SEM PREVISÃO - Conforme decreto municipal 179/23 a elaboração do PCA será no ano de 2024 enquanto que o primeiro ano de execução será o ano de 2025. No entanto o serviço solicitado é compatível e alinhado ao planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Saúde com previsão na Lei Orçamentaria do ano de 2024.
Nível de prioridade conforme PCA	NÃO DECLARADA

1- OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO:

1.1. Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais médicos/ambulatoriais/hospitalares para manutenção do atendimento nas Unidades de Saúde do Município, de natureza COMUM conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	UNI.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO
1	ABAIXADOR LINGUA (COD DO CEP 423465) Material: Madeira, Tipo: Descartável, Comprimento: 14 CM, Formato: Tipo Espátula, Embalagem Individual, Largura: 1,50 CM Espessura: 2 MM, Pacote c/ 100 unidades	423465	PCT	200	R\$ 5,7860	R\$ 1.157,2000
2	ABSORVENTE HIGIÊNICO (COD DO CEP 230246) Tipo: Normal Sem Abas, Formato: Tradicional, Apresentação: Externa, Pacote - 20 unidades	230246	PCT	500	R\$ 10,6066	R\$ 5.303,3000
3	AGULHA COLETA SANGUE À VÁCUO 25x07 (COD DO CEP399982) Material: Aço Inoxidável Siliconizado, Dimensão: 22 G X 1", Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado, Tipo Conexão: Conector Luer Lock Em Plástico, Tipo Fixação: Protetor Plástico, Uso: Estéril, Descartável,	399982	CX	100	R\$ 41,2633	R\$ 4.126,3300

	Embalagem Individual Caixa com 100 unidades					
4	AGULHA COLETA SANGUE À VÁCUO 25x08 (COD DO CEP 399980) Material: Aço Inoxidável Siliconizado, Dimensão: 21 G X 1",Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado, Tipo Conexão: Conector Luer Lock Em Plástico Tipo Fixação: Protetor Plástico, Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual. Caixa com 100 unidades	399980	CX	100	R\$ 50,2000	R\$ 5.020,0000
5	AGULHA HIPODÉRMICA 13 X 4,5 (COD DO CEP 439812) Material: Aço Inoxidável Siliconado, Dimensão: 26 G X 1/2",Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado, Tipo Conexão: Conector Luer Lock Ou Slip Em Plástico, Tipo Fixação: Protetor Plástico, Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual. Caixa com 100 unidades	439812	CX	120	R\$ 7,9950	R\$ 959,4000
6	AGULHA HIPODÉRMICA 40 X 12(COD DO CEP 397494) Material: Aço Inoxidável Siliconizado, Dimensão: 18 G X 1 1/2",Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado, Tipo Conexão: Conector Luer Lock Em Plástico, Tipo Fixação: Protetor Plástico, Característica Adicional: Com Sistema Segurança Segundo Nr/32.Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual. Caixa com 100 unidades	397494	CX	200	R\$ 7,5950	R\$ 1.519,0000
7	AGULHA HIPODÉRMICA 20x5,5(COD DO CEP 439811/397510) Material: Aço Inoxidável Siliconizado, Dimensão: 24 G X 3/4",Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado, Tipo Conexão: Conector Luer Lock Em Plástico Tipo Fixação: Protetor Plástico, Característica Adicional: Com Sistema	439811	CX	100	R\$ 6,4833	R\$ 648,3300

	Segurança Segundo Nr/32 Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual. Caixa com 100 unidades					
8	AGULHA HIPODÉRMICA 25x8 (COD DO CEP 439804) Material: Aço Inoxidável Siliconizado, Dimensão: 21 G X 1",Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado, Conexão: Conector Luer Lock Ou Slip Em Plástico, Tipo Fixação: Protetor Plástico, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual. Caixa com 100 unidades	439804	CX	200	R\$ 8,6200	R\$ 1.724,0000
9	AGULHA HIPODÉRMICA 25 x 6,0 (COD DO CEP 397493) Material: Aço Inoxidável Siliconizado, Dimensão: 25 G X 1",Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado, Tipo Conexão: Conector Luer Lock Em Plástico Tipo Fixação: Protetor Plástico, Característica Adicional: Com Sistema Segurança Segundo Nr/32,Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual. Caixa com 100 unidades	397493	CX	200	R\$ 8,8500	R\$ 1.770,0000
10	AGULHA HIPODÉRMICA 25x7 (COD DO CEP439807)Material: Aço Inoxidável Siliconizado, Dimensão: 22 G X 1",Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado, Tipo Conexão: Conector Luer Lock Ou Slip Em Plástico, Tipo Fixação: Protetor Plástico, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual .Caixa com 100 unidades.	439807	CX	300	R\$ 7,6766	R\$ 2.302,9800
11	ALCOOL ETÍLICO ABSOLUTO (COD DO CEP 445457) Aspecto Físico: Líquido, Fórmula Química: C2h5oh, Peso Molecular: 46,07 G/MOL, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,9%.Característica Adicional: Absoluto, Reagente P.A. Acs Iso. Número De	445457	LT	300	R\$ 10,6166	3.184,,9800

	Referência Química: Cas 64-17-5.					
12	ALCOOL ETÍLICO 70% (COD DO CEP 405780) Aspecto Físico: Líquido Límpido, Incolor, Volátil, Teor Alcoólico: Mínimo De 77 °Gl (77% V/V A 20 °C), Fórmula Química: C ₂ h ₅ oh. Peso Molecular: 46,07 G/MOL, Grau De Pureza: Mínimo De 70 °Inpm (70% P/P). Característica Adicional: Hidratado Número De Referência Química: Cas 64-17-5	405780	LT	600	R\$ 10,2140	R\$ 6.128,4000
13	ALCOOL ISOPROPÍLICO (COD DO CEP 425283) Aspecto Físico: Líquido Límpido, Incolor, Odor Característico, Fórmula Química: (Ch ₃) ₂ choh (Isopropílico Ou Iso-Propanol). Peso Molecular*: 60,10 G/MOL, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,9%. Número De Referência Química: Cas 67-63-0	425283	LT	100	R\$ 38,1233	R\$ 3.812,3300
14	ALGODÃO USO MÉDICO HIDRÓFILO (COD DO CEP 279726) Tipo: Hidrófilo. Apresentação: Em Mantas, Material: Alvejado, Purificado, Isento De Impurezas, Características Adicionais: Enrolado Em Papel Adequado, Esterilidade: Não Estéril, Embalagem: Embalagem Individual. Embalagem 500 gramas.	279726	UND	300	R\$ 16,2975	R\$ 4.889,2500
15	ATADURA 6 CM (COD DO CEP 474447) Tipo 1: Elástica, Material 1: Tecido Misto, Dimensões: 6 CM, Adicional: Hipoalergênica. Embalagem: Embalagem Individual. Pacote com 12 unidades.	474447	PCT	400	R\$ 7,5700	R\$ 3.028,0000
16	ATADURA 12 CM (COD DO CEP 444362) Tipo 1: Crepom, Material 1: 100% Algodão, Dimensões: 12 CM, Gramatura 1: Cerca	444362	PCT	800	R\$ 10,1200	R\$ 8.096,0000

	De 13 Fios/ CM2, Embalagem: Individual Embalagem Individual Pacote com 12 unidades					
17	ATADURA 15 CM (COD DO CEP 444365) Tipo 1: Crepom, Material 1: 100% Algodão, Dimensões: 15 CM, Gramatura 1: Cerca De 13 Fios/ CM2, Embalagem Individual. Pacote com 12 unidades	444365	PCT	800	R\$ 10,6400	R\$ 8.512,0000
18	AVENTAL MANGA LONGA (COD DO CEP 422231) Material: Polipropileno, Modelo: Unissex, Cor: Branca, Características Adicionais: Manga Longa, descartável, Tamanho: Único Pacote c/ 10 unidades	422231	PCT	300	R\$ 18,1866	R\$ 5.455,9800
19	AVENTAL MANGA CURTA (COD DO CEP 397442) Material: Polipropileno, Modelo: Unissex Cor: Branca, Características Adicionais: Manga Curta, descartável, Tamanho: Único Pacote c/ 10 unidades	397442	PCT	500	R\$ 21,7666	R\$ 10.883,3000
20	BOLSA TERMICA (COD DO CEP 336259) Material: Polietileno, Características Adicionais: Gel Moldável, Capacidade: 500 G. Formato: Retangular	336259	UND	20	R\$ 31,4033	R\$ 628,0660
21	BOLSA TERMICA PARA CALOR (COD DO CEP 433751) Aplicação*: P/ Calor, Material*: Borracha Natural, Modelo: Redonda, Capacidade*: Cerca 750 ML, Componentes: C/ Tampa Rosqueável.	433751	UND	20	R\$ 37,0466	R\$ 740,9320
22	CATETER OXIGENOTERAPIA (COD DO CEP 395230) Material Tubo: Pvc Flexível Grau Médico, Tipo: Tipo Óculos, Pronga Silicone Contorno Arredondado, Tipo Uso: Descartável Esterilidade: Estéril, Tamanho: Adulto, Características Adicionais: A Prova De Deformação E Torção, 2,10m	395230	UND	100	R\$ 1,0600	R\$ 106,0000

	Tipo Adaptador: Conector Universal.					
23	CATETER PERIFÉRICO 18 GAU (COD DO CEP 437177) Material Cateter: Polímero Radiopaco, Aplicação: Venoso, Material Agulha: Agulha Aço Inox, Diâmetro: 18 GAU, Comprimento: Cerca 45 MM Conector: Conector Padrão, Componente 1: Câmara Refluxo C/ Filtro	437177	UND	100	R\$ 1,1650	R\$ 116,5000
24	CATETER PERIFÉRICO 20 GAU (COD DO CEP 437178) Material Cateter: Polímero Radiopaco, Aplicação: Venoso, Material Agulha: Agulha Aço Inox, Diâmetro: 20 GAU, Comprimento: Cerca 30 MM Conector: Conector Padrão, Componente 1: Câmara Refluxo C/ Filtro, Componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo Nr/32 Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual.	437178	UND	150	R\$ 0,8833	R\$ 132,4950
25	CATETER PERIFÉRICO 22 GAU (COD DO CEP 437179) Material Cateter: Polímero Radiopaco, Aplicação: Venoso, Material Agulha: Agulha Aço Inox, Diâmetro: 22 GAU, Comprimento: Cerca 25 MM Conector: Conector Padrão, Componente 1: Câmara Refluxo C/ Filtro, Componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo Nr/32 Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual.	437179	UND	250	R\$ 1,2350	R\$ 308,7500
26	CATETER PERIFÉRICO 24 GAU (COD DO CEP 437180) Material Cateter: Polímero Radiopaco, Aplicação: Venoso, Material Agulha: Agulha Aço Inox, Diâmetro: 24 GAU, Comprimento: Cerca 20 MM Conector: Conector Padrão, Componente 1: Câmara	437180	UND	200	R\$ 1,6266	R\$ 325,3200

	Refluxo C/ Filtro, Componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo Nr/32 Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual.					
27	CATETER PERIFÉRICO ESCALPE N21 (COD DO CEP 437170). Aplicação: Venoso, Modelo: Tipo Escalpe, Material Agulha: Agulha Aço Inox, Diâmetro: 21 GAU, Componente Adicional: C/ Asa De Fixação, Tubo Extensor, Conector: Conector Padrão C/ Tampa, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual.	437170	UND	400	R\$ 0,3275	R\$ 131,0000
28	CATETER PERIFÉRICO ESCALPE N 23(COD DO CEP 437171) Aplicação: Venoso, Modelo: Tipo Escalpe, Material Agulha: Agulha Aço Inox, Diâmetro: 23 GAU, Componente Adicional: C/ Asa De Fixação, Tubo Extensor, Conector: Conector Padrão C/ Tampa, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual.	437171	UNID	400	R\$ 0,3250	R\$ 130,0000
29	CATETER PERIFÉRICO ESCALPE N 25 (COD DO CEP 437169) Aplicação: Venoso, Modelo: Tipo Escalpe, Material Agulha: Agulha Aço Inox, Diâmetro: 25 GAU, Componente Adicional: C/ Asa De Fixação, Tubo Extensor, Conector: Conector Padrão C/ Tampa, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual.	437169	UND	400	R\$ 0,3500	R\$ 140,0000
30	CLORETO SODIO 100ML (COD DO CEP 268236) Princípio Ativo: 0,9%_ Solução Injetável, Aplicação: Sistema Fechado, Bolsa 100 mm.	268236	FR	3.000	R\$ 6,8533	R\$ 20.559,9000
31	CLORETO SODIO 250M (COD DO CEP 448699) Princípio Ativo: 0,9%_ Solução Injetável, Aplicação: Sistema Fechado, Frasco 250mm.	448699	FR	5.000	R\$ 6,4700	R\$ 32.350,0000
32	CLORETO SODIO 500ML (COD DO CEP 452796) Concentração: 0,9 %, Forma	452796	FR	2.000	R\$ 9,9833	R\$ 19.966,6000

	Farmacêutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Sistema Fechado, Características Adicionais 1: Bolsa/Frasco Isento de Pvc. Frasco 500mm.					
33	CORANTE LUGOL (COD DO CEP 381706) Tipo: Lugol Forte, Características Adicionais: Solução A 2%. FRASCO 500 MM.	381706	FR	50	R\$ 61,5866	R\$ 3.079,3300
34	LIDOCAÍNA CLORIDRATO (COD DO CEP 269846) Dosagem: 2%, Apresentação: Geléia, Bisnaga 20 gramas.	269846	UNID	200	R\$ 5,1033	R\$ 1.020,6600
35	COLETOR MATERIAL PERFURO CORTANTE 7LT (COD DO CEP 363484) Material: Papelão, Capacidade Total: 7 L, Acessórios: Alças Rígidas E Tampa, Componentes Adicionais: Revestimento Interno Em Polietileno Alta Densidade, Tipo Uso: Descartável. Caixa com 10 unidades.	363484	UNID	150	R\$ 64,0000	R\$ 9.600,0000
36	COLETOR MATERIAL PERFURO CORTANTE 13LT (COD D CEP 363482) Material: Papelão, Capacidade Total: 13 L, Acessórios: Alças Rígidas e Tampa, Componentes Adicionais: Revestimento Interno em Polietileno Alta Densidade, Tipo Uso: Descartável. CAIXA COM 10 UND	363482	UNID	120	R\$ 68,2400	R\$ 8.188,8000
37	COLETOR URINA (COD DO CEP 419371) Material*: Pvc, Tipo*: Sistema Fechado, Capacidade*: Cerca De 2000 ML, Graduação: Graduação De 100 em 100 ML, Válvula: Válvula Anti-Refluxo, Pinça: Clamp Corta Fluxo, Componentes: Alça De Sustentação, Outros Componentes: Membrana Auto cicatrizante, Esterilidade*: Estéril,	419371	PCT	50	R\$ 42,1250	R\$ 2.106,2500

	descartável. Pacote c/ 10 unidades.					
38	COMPRESSA GAZE (COD DO CEP 269973) Material: Tecido 100% Algodão, Tipo: 9 Fios/Cm2, Modelo: Cor Branca, isenta de impurezas, Camadas: 8 Camadas, Largura: 7,50 CM. Comprimento: 7,50 CM, Dobras: 5 Dobras, Características Adicionais: Descartável. Pacote c/ 500 unidades	269973	PCT	1.500	R\$ 15,2875	R\$ 22.931,2500
39	COMPRESSA GAZE TIPO QUEIJO (COD DO CEP 269989) Material: Tecido 100% Algodão, Tipo: Tipo Queijo, Modelo: Cor Branca, Isenta De Impurezas, Quantidade Fios: 9 Fios/Cm2 Largura: 91 CM, Comprimento: 91 M, Dobras: 8 Dobras.	269989	UNID	500	R\$ 45,8066	R\$ 22.903,3000
40	DETERGENTE ENZIMÁTICO DT3 (COD DO CEP 328077). Composição: A Base De Amilase, Protease e Lipase. Frasco com 1 litro.	328077	FR	100	R\$ 18,9600	R\$ 1.896,0000
41	DETERGENTE ENZIMÁTICO DT4 (COD DO CEP 328078) Composição: A Base de Amilase, Protease, Lipase e Carbohidrase. Frasco com 01 Litro.	328078	FR	100	R\$ 22,0866	R\$ 2.208,6600
42	DISPOSITIVO EXTERNO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA (COD DO CEP 481426) Modelo: Masculino Tipo: Preservativo C/ Abertura P/ Drenagem Material: Látex Natural Diâmetro: Cerca De 30 MM Componente: C/ Extensor Pvc Esterilidade: Estéril, Uso Único Embalagem: Embalagem Individual	481426	UNID	200	R\$ 3,3133	R\$ 662,6600
43	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS (COD DO CEP 485523) Tipo*: Trena, Material*: Aço Maleável C/ Pintura Eletrostática, Escala Graduação: C/ Escala Métrica - Mm E Cm	485523	UND	50	R\$ 7,3833	R\$ 369,1650

	Faixa Medição: Cerca De 2,0 M, Componente li: Retrátil, Adicional: Portátil.					
44	<p>EMBALAGEM P ESTERILIZAÇÃO ENVELOPE (COD DDO CEP 452744) Material: Papel Grau Cirúrgico, Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado, Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2 Apresentação: Envelope, Componentes Adicionais: Autosselante, Tamanho: Cerca De 15 X 30 CM, Componentes: C/ Indicador Químico Tipo Uso: Uso Único, Embalagem c/200 envelopes.</p>	452744	PCTE	200	R\$ 86,4800	R\$ 17.296,0000
45	<p>EMBALAGEM P ESTERILIZAÇÃO 40X40 (COD DO CEP 456904) Material: Papel Crepado Composição: 1ª Geração Gramatura / Espessura: Cerca de 60 G/M2 Apresentação: Folha Tamanho: Cerca de 40 X 40 CM Tipo Uso: Uso Único PACOTE COM 500 UNIDADES.</p>	456904	PCTE	200	R\$ 132,9000	R\$ 26.580,0000
46	<p>EMBALAGEM P ESTERILIZAÇÃO 30X30(COD DO CEP 442439) Material: Papel Crepado Composição: 3ª Geração Gramatura / Espessura: Cerca de 78 G/M2. Apresentação: Folha Tamanho: Cerca de 30 X 30 CM. Tipo Uso: Uso Único. PACOTE COM 500 UNIDADES.</p>	442439	PCT	150	R\$ 101,5400	R\$ 15.231,0000
47	<p>EMBALAGEM P ESTERILIZAÇÃO 10CM (COD DO CEP 442484) Material: Papel Grau Cirúrgico, Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado, Aplicação 1: P/ Esterilização De Formaldeído Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2, Apresentação: Rolo, Componentes Adicionais: Termosselante,</p>	442484	ROLO	100	R\$ 46,9566	R\$ 4.695,6600

	Tamanho: Cerca de 10 CM. Componentes: C/ Indicador Químico, Tipo Uso: Uso Único. Bobina com 100 metros					
48	EMBALAGEM P ESTERILIZAÇÃO 15CM (COD DO CEP 462298) Material: Papel Grau Cirúrgico Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado Gramatura / Espessura: Cerca De 70 G/M2 Apresentação: Rolo Componentes Adicionais: Termosselante Tamanho: Cerca de 15 CM Componentes: C/ Indicador Químico Tipo Uso: Uso Único Bobina com 100 metros	462298	ROLO	150	R\$ 63,9033	R\$ 9.585,4950
49	EMBALAGEM P ESTERILIZAÇÃO 20CM (COD DO CEP 442531) Material: Papel Grau Cirúrgico, Composição: C/ Filme Polímero Multilaminado, Aplicação 1: P/ Esterilização De Formaldeído. Gramatura / Espessura: Cerca De 60 G/M2, Apresentação: Rolo, Componentes Adicionais: Termosselante, Tamanho: Cerca De 20 CM Componentes: C/ Indicador Químico, Tipo Uso: Uso Único. Bobina com 100 metros.	442531	ROLO	150	R\$ 108,6266	R\$ 16.293,9900
50	EQUIPO MACROGOTAS (COD DO CEP 386125) Tipo De Equipo: De Infusão, Material: Pvc Cristal, Comprimento: Mín. 120 CM, Tipo Câmara: Câmara Flexível C/Filtro Ar Tipo Gotejador: Gota Padrão, Tipo Pinça: Regulador De Fluxo, Tipo Injetor: C/Injetor Lateral"Y", Autocicatrizante, Conector: Luer C/ Tampa Característica Adicional: Fotossensível, Esterilidade: Estéril, Descartável.	386125	UND	400	R\$ 1,2683	R\$ 507,3200
51	EQUIPO MICROGOTAS (COD DO CEP 386128) Tipo De Equipo: De Infusão,	386128	UND	400	R\$ 1,8800	R\$ 752,0000

	Material: Pvc Cristal, Comprimento: Mín. 120 CM, Tipo Câmara: Câmara Flexível C/Filtro Ar Tipo Gotejador: Microgotas, Tipo Pinça: Regulador De Fluxo, Tipo Injetor: C/Injetor Lateral"Y", Autocicatrizante Tipo Conector: Luer Rotativo C/ Tampa, Característica Adicional: Fotossensível. Esterilidade: Estéril,					
52	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL (COD DO CEP 462239) Tipo De Equipo: P/Nutrição Enteral, Material: Pvc Cristal, Comprimento: Mín. 180 CM, Tipo Câmara: Câmara Flexível C/Filtro Ar. Tipo Gotejador: Gota Padrão, Tipo Pinça: Regulador De Fluxo, Tipo Conector: Conector P/ Sonda Escalonado C/ Tampa Esterilidade: Estéril, Descartável.	462239	UND	100	R\$ 1,2800	R\$ 128,0000
53	ESCOVA ENDOCERVICAL (COD DO CEP 460913) Material Cabo: Plástico, Material Cerda: Microcerdas Em Nylon, Ponta Da Escova Cônica, Comprimento: Cabo Cerca De 16 A 18 Cm E Cerdas Cerca De 2 Cm, Características Adicionais: Descartável, Atóxica, Embalagem com 50 unidades	460913	EMBL	50	R\$ 24,1533	R\$ 1.207,6650
54	ESCOVA ENDOCERVICAL C/ESPÁTULA DE AYRES (COD DO CEP 264933) Material Cabo: Plástico, Material Cerda: Nylon, Comprimento: 18,5 CM, Uso: Ginecológico, Características Adicionais: Estéril, Descartável E Atóxica C/Espátula De Ayres. Aplicação: Exame / Coleta Células Da Endosérvice.	264933	UND	3.000	R\$ 14,6400	R\$ 43.920,0000
55	ESPÁTULA DE AYRES (COD DO CEP 453693) Modelo 1: De Ayres, Material*: Madeira, Comprimento*: Cerca De 18 CM, Esterilidade:	453693	EMBL	30	R\$ 17,1100	R\$ 513,3000

	Descartável, Pacote c/ 100 unidades.					
56	ESPECULO USO MÉDICO P (COD DO CEP 479758), Aplicação: Vaginal, Modelo: Collin, Tamanho: Pequeno, Adicional 1: C/ Via P/ Iluminar Cavidade, Travamento: C/ Trava Tipo Rosca. Material: Polímero, Esterilidade: Não Estéril, Uso Único. Embalagem: Embalagem Individual.	479758	UND	1.000	R\$ 1,9166	R\$ 1.916,6000
57	ESPECULO USO MÉDICO M (CO DO CEP 479757) Aplicação: Vaginal, Modelo: Collin, Tamanho: Médio, Adicional 1: C/ Via P/ Iluminar Cavidade, Travamento: C/ Trava Tipo Rosca. Material: Polímero, Esterilidade: Não Estéril, Uso Único. Embalagem: Embalagem Individual.	479757	UND	3.000	R\$ 1,9666	R\$ 5.899,8000
58	ESPECULO USO MÉDICO G (COD DO CEP 479756) Aplicação: Vaginal, Modelo: Collin, Tamanho: Grande, Adicional 1: C/ Via P/ Iluminar Cavidade Travamento: C/ Trava Tipo Rosca. Material: Polímero, Esterilidade: Não Estéril, Uso Único, Embalagem: Embalagem Individual.	479756	UND	800	R\$ 2,7933	R\$ 2.234,6000
59	FIO NYLON SIMPLES 4.0 COM AGULHA (COD DO CEP 281325) Material: Nylon Monofilamento, Tipo Fio: 4-0, Cor: Preto, Comprimento: 45 CM, Características Adicionais: Com Agulha Tipo Agulha: 1/2 Círculo Cortante, Comprimento Agulha: 2,5 CM, Esterilidade: Estéril. Caixa com 24 Unidades.	281325	CX	30	R\$ 41,2233	R\$ 1.236,6990
60	FITA AUTOCLAVE - MARCADOR DE INSTRUMENTAL (COD DO CEP 428824) Tipo: Rolo Tamanho: Cerca De 3 Mm Formato: Fita Adesiva. Matéria	428824	UND	700	R\$ 4,1920	R\$ 2.934,4000

	Prima: Isento De Látex. Características: Com Cor. Adicionais: Autoclavável.					
61	FITA HOSPITALAR ESPARADRAPO (COD DO CEP 446603) Tipo: Esparadrapo, impermeável, Material: Algodão, Componentes: Adesivo À Base De Zinco, Dimensões: Cerca De 10 CM Características Adicionais: Hipoalergênica. Cor: Com Cor	446603	UND	800	R\$ 10,4600	R\$ 8.368,0000
62	FITA MICROPOROSA (COD DO CEP 437882) Tipo: Microporosa Material: Dorso Em Não Tecido Componentes: Adesivo Acrílico Dimensões: Cerca De 50 MM Características Adicionais: Hipoalergênica Cor: Transparente	433782	UND	1.200	R\$ 8,6575	R\$ 10.389,0000
63	FRASCO COLETOR UNIVERSAL (COD DO CEP 436310) Tipo: Universal, Material: Plástico Transparente, Capacidade: Cerca De 100 ML, Tipo Tampa: Tampa Rosqueável, Esterilidade: Estéril. Tipo Uso: Descartável, Embalagem: individual. Embalagem com 100 unidades.	436310	UND	300	R\$ 38,3100	R\$ 11.493,0000
64	FRASCO TIPO ALMOTOLIA 120ML (COD DO CEP 279894) Material: Em Polietileno (Plástico), Tipo Bico: Bico Reto, Longo, Estreito, Com Protetor, Tipo Tampa: Tampa Em Rosca Cor: Transparente. Capacidade: 120 ML	279894	UND	100	R\$ 3,5400	R\$ 354,0000
65	FRASCO TIPO ALMOTOLIA 250ML -AMBAR (COD DO CEP 279887) Material: Em Polietileno (Plástico), Tipo Bico: Bico Reto, Longo, Estreito, Com Protetor, Tipo Tampa: Tampa Em Rosca, Cor: Âmbar Capacidade: 250 ML	279887	UND	100	R\$ 2,9800	R\$ 298,0000

66	FRASCO TIPO ALMOTOLIA - 500ML (COD DO CEP 279895) Material: Em Polietileno (Plástico), Tipo Bico: Bico Reto, Longo, Estreito, Com Protetor, Tipo Tampa: Tampa Em Rosca, Cor: Transparente Capacidade: 500 ML.	279895	UND	100	R\$ 6,6333	R\$ 663,3300
67	FRASCO TIPO ALMOTOLIA - 500ML -AMBAR (COD DO CEP 279889) Material: Em Polietileno (Plástico), Tipo Bico: Bico Reto, Longo, Estreito, Com Protetor, Tipo Tampa: Tampa Em Rosca, Cor: Âmbar Capacidade: 500 ML.	279889	UND	100	R\$ 6,3333	R\$ 633,3300
68	FRASCO TIPO ALMOTOLIA – 250ML (COD DO CEP 279893) Material: Em Polietileno (Plástico) Tipo Bico: Bico Reto, Longo, Estreito, Com Protetor Tipo Tampa: Tampa Em Rosca Cor: Transparente Capacidade: 250 ML	279893	UND	100	R\$ 3,5800	R\$ 358,0000
69	FRALDA INFANTIL G – Pcte c/ 50 unidades -Fralda descartável infantil, com barreiras Antivazamentos, atóxicas, formato anatômico. Camada externa toque suave, dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto. Com indicador de umidade que muda de cor quando a fralda está molhada. Camada interna com Aloe Vera torna a cobertura macia ao toque na pele, dando maior conforto. Composição: Camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímero superabsorvente, barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos, faixa decorada de polipropileno e	402674	PCT	100	R\$ 37,6166	R\$ 3.761,6600

	fitas adesivas para fixação. Pacote com 50 fraldas.					
70	FRALDA INFANTIL XG – Pcte c/50 unid. Fralda descartável infantil, com fecho que possibilita abrir e fechar a fralda até o ajuste perfeito ao corpo do bebê. Com fitas laterais elásticas flexíveis, barreiras laterais protetoras, elásticos anatômicos, para adaptação ao corpo da criança. Indicador de umidade que avisa a troca da fralda. Super absorção através de flocos compactados que retém o xixi, deixando o bebê sequinho. Tamanho Extra G. Pacote com 50 UNIDADES.	425356	PCT	100	R\$ 49,6666	R\$ 4.966,6600
71	FRALDA INFANTIL XXG – Pcte. c/ 50 unid, Fralda descartável infantil, com fecho que possibilita abrir e fechar a fralda até o ajuste perfeito ao corpo do bebê. Com fitas laterais elásticas flexíveis, barreiras laterais protetoras, elásticos anatômicos, para adaptação ao corpo da criança. Indicador de umidade que avisa a troca da fralda. Super absorção através de flocos compactados que retém o xixi, deixando o bebê sequinho. Tamanho XXG. Pacote com 50 UNIDADES.	460706	PCT	100	R\$ 57,3000	R\$ 5.730,0000
72	FRALDA GERIATRICA TAM P – Pcte. c/ 50 unid, Pós Operatório - Incontinência - Com 04 fitas adesivas reposicionáveis para melhor ajuste e segurança; Camada não-tecido, de cobertura suave para maior suavidade ao corpo; Elásticos laterais para melhor ajuste nas pernas evitando vazamentos; com gel super absorvente para maior segurança e conforto. COMPOSIÇÃO: Polietileno, papel absorvente, celulose, polímero absorvente, não tecido de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de	427338	PCT	100	R\$ 71,3750	R\$ 7.137,5000

	látex e fitas adesivas. Todos os componentes devem ser atóxicos e não causarem irritação em contato com a pele. Pacote com 50 unidades.					
73	FRALDA GERIATRICA TAM M - Pcte c/ 30 unid. Pós Operatório - Incontinência - Com 04 fitas adesivas reposicionáveis para melhor ajuste e segurança; Camada não-tecido, de cobertura suave para maior suavidade ao corpo; Elásticos laterais para melhor ajuste nas pernas evitando vazamentos; com gel super absorvente para maior segurança e conforto. COMPOSIÇÃO: Polietileno, papel absorvente, celulose, polímero absorvente, não tecido de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de látex e fitas adesivas. Todos os componentes devem ser atóxicos e não causarem irritação em contato com a pele. Pacote com 30 unidades.	358131	PCT	800	R\$ 45,1500	R\$ 36.120,0000
74	FRALDA GERIATRICA TAM G - Pcte c/ 30 unid Uso Geriátrico - Pós Operatório - Incontinência - Com 04 fitas adesivas reposicionáveis para melhor ajuste e segurança; Camada não-tecido, de cobertura suave para maior suavidade ao corpo; Elásticos laterais para melhor ajuste nas pernas evitando vazamentos; com gel super absorvente para maior segurança e conforto. COMPOSIÇÃO: Polietileno, papel absorvente, celulose, polímero absorvente, não tecido de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de látex e fitas adesivas. Todos os componentes devem ser atóxicos e não causarem irritação em contato com a pele. Pacote com 30 unidades.	358132	PCT	1.300	R\$ 48,0860	R\$ 62.511,8000
75	FRALDA GERIATRICA XG - Pcte c/ 30 unid, Uso Geriátrico - Pós Operatório - Incontinência - Com 04 fitas adesivas reposicionáveis para melhor	360501	PCT	1.500	R\$ 47,6000	R\$ 71.400,0000

	ajuste e segurança; Camada não-tecido, de cobertura suave para maior suavidade ao corpo; Elásticos laterais para melhor ajuste nas pernas evitando vazamentos; com gel super absorvente para maior segurança e conforto. COMPOSIÇÃO: Polietileno, papel absorvente, celulose, polímero absorvente, não tecido de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de látex e fitas adesivas. Todos os componentes devem ser atóxicos e não causarem irritação em contato com a pele. Pacote com 30 unidades.					
76	FRALDA GERIATRICA XXG - Pcte. c/ 30 unid Geriátrico - Pós Operatório - Incontinência - Com 04 fitas adesivas reposicionáveis para melhor ajuste e segurança; Camada não-tecido, de cobertura suave para maior suavidade ao corpo; Elásticos laterais para melhor ajuste nas pernas evitando vazamentos; com gel super absorvente para maior segurança e conforto. COMPOSIÇÃO: Polietileno, papel absorvente, celulose, polímero absorvente, não tecido de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de látex e fitas adesivas. Todos os componentes devem ser atóxicos e não causarem irritação em contato com a pele. Pacote com 30 unidades.	380595	PCT	500	R\$ 52,8000	R\$ 26.400,0000
77	FRASCO ALIMENTAÇÃO ENTERAL 300 ML (COD DO CEP 247547) Material: Polietileno, Cor: Incolor, Capacidade: 300 ML, Aplicação: Alimentação Enteral - logurte, Características Adicionais: Tampa Pressão	247547	UND	60	R\$ 1,1500	R\$ 69,0000
78	FRASCO ALIMENTAÇÃO ENTERAL 500ML (COD DO CEP 247540) Material: Polietileno, Cor: Incolor, Capacidade: 500 ML,	247540	UND	60	R\$ 1,4800	R\$ 88,8000

	Aplicação: Alimentação Enteral - Iogurte, Características Adicionais: Tampa Rosqueada					
79	GARROTE ADULTO (COD DO CEP 445576) Material*: Faixa Elástica, Componente Adicional: C/ Sistema De Trava Em Plástico, Tamanho: Tamanho Adulto, Tipo Uso: Reutilizável	445576	UND	10	R\$ 8,9066	R\$ 89,0660
80	GARROTE INFANTIL (COD DO CEP 445577) Material*: Faixa Elástica Componente Adicional: C/ Sistema De Trava Em Plástico. Tamanho: Tamanho Infantil Tipo Uso: Reutilizável	445577	UND	10	R\$ 10,6900	R\$ 106,9000
81	GEL 300GRAMAS (COD DO CEP 464937) Aplicação: Redutor de Impedância Elétrica	464937	FR	300	R\$ 4,4533	R\$ 1.335,9900
82	GEL 01 KG (COD DO CEP 464937) Aplicação: Redutor De Impedância Elétrica	464937	FR	100	R\$ 6,4566	R\$ 645,6600
83	GELO REUTILIZÁVEL 700ML (COD DO CEP 395556) Composição: A Base De Polímero Acrílico Dimensões: 19,70 X 12 X 4 CM Características Adicionais: Embalagem De Polietileno De Alta Densidade	395556	UND	500	R\$ 8,5466	R\$ 4.273,3000
84	GELO REUTILIZÁVEL 500ML (COD DO CEP 395633) Composição: A Base De Polímero Acrílico, Dimensões: 17 X 9,50 X 3,50 CM. Características Adicionais: Embalagem De Polietileno De Alta Densidade	395633	UND	300	R\$ 5,8566	R\$ 1.756,9800
85	GORRO HOSPITALAR (COD DO CEP 428625) Material*: Não Tecido 100% Polipropileno, Modelo: Elástico Nuca, Cor*: Sem Cor, Gramatura*: Cerca De 30 G/M2, Tamanho: Único Tipo Uso: Descartável, Características Adicionais 1:	428625	EMBL	100	R\$ 14,2575	R\$ 1.425,7500

	Hipoalergênica, Atóxica, Unissex. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES					
86	LÂMINA BISTURI Nº 21 (COD DO CEP 299242) Material: Aço Inoxidável, Tamanho: Nº 21, Tipo: Descartável, Esterilidade: Esteril, Características Adicionais: Embalada Individualmente. Caixa com 100 unidades	299242	CX	50	R\$ 26,4866	R\$ 1.324,3300
87	LÂMINA BISTURI Nº 15 (COD DO CEP 366903) Material: Aço Inoxidável, Tamanho: Nº 15, Tipo: Descartável, Esterilidade: Esteril, Características Adicionais: Embalada Individualmente. Caixa com 100 unidades	366903	CX	50	R\$ 22,0800	R\$ 1.104,0000
88	LÂMINA LABORATÓRIO (COD DO CEP 436026). Material: Vidro, Dimensões: Cerca De 75 X 25 MM, Tipo Borda: Borda Fosca, Adicional: Sinalizada. Caixa c/ 50 unidades	436026	CX	70	R\$ 14,9233	R\$ 1.044,6310
89	LANCETA P MEDIÇÃO GLICOSE (COD DO CEP 338605). Material Lâmina: Aço Inoxidável, Ponta Afiada, Trifacetada, Uso: Descartável, Características Adicionais: Esteril, Embalagem Individual Tipo: Com Sistema Retrátil. Caixa contendo 200 unidades	338605	CX	2.500	R\$ 20,5266	R\$ 51.316,5000
90	LENÇOL DESCARTAVEL USO HOSPITALAR (COD DO CEP 481789) Matéria Prima: 100% Fibra Celulose Virgem, Dimensões: Cerca De 70 Cm X 50 M. Apresentação 1: Em Rolo	481789	RL	600	R\$ 14,1300	R\$ 8.478,0000
91	LENÇOL DESCARTÁVEL (COD DO CEP 481792) Matéria Prima: 100% Polipropileno, Não Tecido Tnt, Gramatura 1: Cerca De 20 G/M2, Dimensoes: Cerca De 100 X 200 Cm	481792	PCT	1.000	R\$ 21,9666	R\$ 21.966,6000

	Apresentação 1: C/ Elástico. Pacote com 10 unidades.					
92	LUVA CIRURGICA 7,50 (COD DO CEP 269838) Material: Látex Natural, Tamanho: 7,50, Esterilidade: Estéril, Características Adicionais: Comprimento Mínimo De 28cm Apresentação: Lubrificada C/ Pó Bioabsorvível, Atóxica, Tipo Uso: Descartável, Formato: Anatômico. Embalagem: Conforme Norma Abnt C/ Abertura Asséptica	269838	PAR	300	R\$ 1,5025	R\$ 450,7500
93	LUVA CIRURGICA 8 (COD DO CEP 269837) Material: Látex Natural, Tamanho: 8, Esterilidade: Estéril, Características Adicionais: Comprimento Mínimo De 28cm, Apresentação: Lubrificada C/ Pó Bioabsorvível, Atóxica, Tipo Uso: Descartável, Formato: Anatômico, Embalagem: Conforme Norma Abnt C/ Abertura Asséptica	269837	PAR	200	R\$ 1,7000	R\$ 340,0000
94	LUVA CIRURGICA 8,5 (COD DO CEP 388416) Material: Látex Natural, Tamanho: 8,50, Esterilidade: Estéril, Características Adicionais: Sem Pó, Punho Longo Com Bainha Apresentação: Hipoalergênica, Alta Resistência E Sensibilidade, Tipo Uso: Descartável, Formato: Anatômico, Aplicação: Antiderrapante Embalagem: Dupla Embalagem, Abertura Asséptica	388416	PAR	150	R\$ 2,6600	R\$ 399,0000
95	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO PP (COD DO CEP 269891) Material: Látex Natural Íntegro E Uniforme, Tamanho: Extra pequeno, Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível, descartável Apresentação: Atóxica, Tipo: Ambidestra, Tipo Uso: Descartável, Modelo: Formato	269891	CX	350	R\$ 23,7100	R\$ 8.298,5000

	Anatômico, Finalidade: Resistente À Tração Caixa com 100 unidades.					
96	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO P (COD DO CEP 269894) Material: látex Natural Íntegro E Uniforme, Tamanho: Pequeno, Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível, descartável Apresentação: Atóxica, Tipo: Ambidestra, Tipo Uso: Descartável, Modelo: Formato Anatômico, Finalidade: Resistente À Tração. Caixa com 100 unidades	269894	CX	700	R\$ 29,5866	R\$ 20.710,6200
97	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO M (COD DO CEP 269893) Material: látex Natural Íntegro E Uniforme, Tamanho: Médio, Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível, descartável Apresentação: Atóxica, Tipo: Ambidestra, Tipo Uso: Descartável, Modelo: Formato Anatômico, Finalidade: Resistente À Tração Caixa com 100 unidades	269893	CX	600	R\$ 21,5933	R\$ 12.955,9800
98	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO G (COD DO CEP 387698) Material: látex Natural Íntegro E Uniforme, Tamanho: Grande, Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível Esterilidade: Estéril, Apresentação: Atóxica, Tipo: Ambidestra, Tipo Uso: Descartável, Modelo: Formato Anatômico, Finalidade: Resistente À Tração. Caixa com 100 unidades	387698	CX	350	R\$ 21,7940	R\$ 7.627,9000
99	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO P SEM PÓ (COD DO CEP 375935) Material: látex Natural Íntegro E Uniforme, Tamanho:	375935	CX	200	R\$ 18,0000	R\$ 3.600,0000

	Pequeno, Características Adicionais: Sem Pó, Tipo: Ambidestra Caixa com 100 unidades.					
100	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO M - SEM PÓ (COD DO CEP 346720) Material: Látex Natural, Tamanho: Médio, Características Adicionais: Sem Pó, Esterilidade: Não Esterilizada, Cor: Branca, Aplicação: Proteção Para As Mãos, Tipo: Ambidestra, Modelo: Hipoalérgica. Caixa com 100 unidades	346720	CX	200	R\$ 16,7900	R\$ 3.358,0000
101	MASCARA CIRURGICA (COD DO CEP 485315) Material: Não Tecido 100% Polipropileno, Filtro: Elemento Filtrante Interno, Eficiência: Efp Maior Que 98% E Bfe Maior Que 95% Quantidade Camadas: Mínimo 3 Camadas, Modelo: Ajustável, Clipe Nasal, Formato: Retangular, C/ Pregas Horizontais, Componente Adicional: Visor P/ Proteção Ocular, Cor: C/ Cor, Tamanho: Adulto, Esterilidade: Descartável. Caixa com 50 unidades	485315	CX	1.000	R\$ 13,7033	R\$ 13.703,3000
102	MICRONEBULIZADOR ADULTO (COD DO CEP 435418) Material: Gasoterapia Adulto, Saída: P/ Oxigênio, Tipo Máscara: Máscara Em Plástico, Tamanho: Adulto, Tipo Frasco: Frasco Plástico Graduado, C/ Tampa, Volume: Cerca De 10 ML, Tipo Extensão: Extensor Em Pvc C/ Conectores, Comprimento Extensão: Cerca De 1,5 M. Esterilidade*: Esterilizável	435418	UM	30	R\$ 12,0266	R\$ 360,7980
103	MICRONEBULIZADOR INFANTIL (COD DO CEP 435419) material gasoterapia, micronebulizador, para oxigênio, máscara em plástico infantil, frasco plástico	435419	UND	40	R\$ 9,3133	R\$ 372,5320

	graduado com tampa, cerca de 10ml, extensor em pvc com conectores, cerca de 1.5m esterilizável.					
104	ÓCULOS PROTEÇÃO (COD DO CEP 399611) Material: Armação: Policarbonato E Nylon, Tipo Proteção: Lateral, Material Proteção: Policarbonato, Tipo Lente: Anti-Risco, Ante Embaçante. Cor Lente: Incolor, Características Adicionais: Com Cordão de Segurança, Hastes De Cor Preta. Material Lente: Policarbonato	399611	UND	100	R\$ 4,5600	R\$ 456,0000
105	PORTA LÂMINA (COD DO CEP 412639) Material: Polipropileno, Capacidade: Até 3 Lâminas, Tipo Tampa: Tampa Rosqueável, Adicional: Com Divisórias	412639	UND	200	R\$ 0,6400	R\$ 128,0000
106	PINÇA CIRÚRGICA KELLY (COD DO CEP 467833) Modelo 1: Kelly, Formato Ponta: Ponta Reta, Tipo Ponta: Serrilhada, Comprimento Total: Cerca De 14 CM, Componente: C/ Cremalheira Material: Aço Inoxidável. Esterilidade: Esterilizável	467833	UND	200	R\$ 30,5900	R\$ 6.118,0000
107	ODOPOVIDONA PVPI (COD DO CEP 398705) Concentração: A 10% (Teor De Iodo 1%), Forma Farmacêutica: Solução Degermante. Frasco de 01 litro.	398705	LT	100	R\$ 65,2866	R\$ 6.528,6600
108	ODOPOVIDONA PVPI (tópico) (COD DO CEP 398706) Concentração: A 10% (Teor De Iodo 1%)Forma Farmacêutica: Solução Tópica Aquosa. Frasco de 01 litro	398706	LT	100	R\$ 51,0133	R\$ 5.101,3300
109	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO COVID (COD DO CEP 467048) Tipo: Conjunto Completo, Tipo De Análise*: Qualitativo Anti Coronavírus Covid-19 Igg E Igm. Apresentação*: Teste,	467048	UND	200	R\$ 83,6866	R\$ 16.737,3200

	Método*: Imunocromatografia. Caixa com 20 und.					
110	RESPIRADOR N 95 (COD DO CEP 467048) Material: Camadas Fibras Sintéticas, Quantidade Pontos Fixação: Tiras Vedação Anatômica, Clipe Nasal, Tamanho Peça Facial: Adulto Aplicação: Classe N95, Pff2 Ou Equivalente, Características Adicionais: Eficiência Filtração Mínima 94% - SI, Tipo: C/ Cor, Carvão Ativado Tipo Uso: Descartável, Formato: Dobrável, Tipo Bico De Pato, Quantidade Válvulas: S/ Válvulas. Caixa com 40 unidades	467048	CX	100	R\$ 26,1333	R\$ 2.613,3300
111	SACO PLASTICO LIXO 30 L (COD DO CEP 353775) Capacidade: 30 L, Cor: Branco Leitoso, Largura: 59 CM, Altura: 62 CM, Aplicação: Hospitalar, Material: Polietileno Alta Densidade. Pacote com 100 unidades.	353775	PCT	120	R\$ 26,1500	R\$ 3.138,0000
112	SACO PLASTICO LIXO 50 L (COD DO CEP 353773) Capacidade: 50 L, Cor: Branco Leitoso, Largura: 70 CM, Altura: 57 CM, Aplicação: Hospitalar, Material: Polietileno Alta Densidade. Pacote com 100 unidades.	353773	PCT	120	R\$ 37,5300	R\$ 4.503,6000
113	SERINGA 1 ML (COD CO CEP 439622) Material: Polipropileno, Capacidade: 1 ML, Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou Slip, Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha Adicional: Graduada (Escala Ui), Numerada, Esterilidade: Estéril, Descartável, Apresentação: Embalagem Individual. Embalagem com 100 unidades.	439622	EMBL	120	R\$ 30,3333	R\$ 3.639,9960
114	SERINGA 3 ML (COD DO CEP 439625) Material: Polipropileno, Capacidade: 3 ML, Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou	439625	EMBL	200	R\$ 20,0000	R\$ 4.000,0000

	Slip, Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha Adicional: Graduada, Numerada, Esterilidade: Estéril, Descartável, Apresentação: Embalagem Individual. Embalagem com 100 unidades					
115	SERINGA 5 ML (COD DO CEP 439624) Material: Polipropileno, Capacidade: 5 ML, Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou Slip, Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha Adicional: Graduada, Numerada, Esterilidade: Estéril, Descartável, Apresentação: Embalagem Individual, Embalagem com 100 unidades	439624	EMBL	200	R\$ 16,3333	R\$ 3.266,6600
116	SERINGA 10ML (COD DO CEP 439626) Material: Polipropileno, Capacidade: 10 ML, Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou Slip, Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha Adicional: Graduada, Numerada, Esterilidade: Estéril, Descartável, Apresentação: Embalagem Individual. Embalagem com 50 unidades	439626	EMBL	250	R\$ 17,6666	R\$ 4.416,6500
117	SERINGA 20 ML (COD DO CEP 439627) Material: Polipropileno, Capacidade: 20 ML, Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou Slip, Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha Adicional: Graduada, Numerada, Esterilidade: Estéril, Descartável, Apresentação: Embalagem Individual. Embalagem com 50 unidades	439627	EMBL	200	R\$ 23,2500	R\$ 4.650,0000
118	SERINGA INSULINA 1 ML - ADULTO (COD DO CEP 439653) Material: Polipropileno, Capacidade: 1 ML, Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou Slip, Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha	439653	CX	500	R\$ 27,3333	13,666,65

	Adicional: Graduada (Escala Ui), Numerada, Tipo Agulha: C/ Agulha 30 G X 1/2", Esterilidade: Estéril, Descartável Apresentação: Embalagem Individual. Embalagem com 100 unidades					
119	SERINGA INSULINA 1 ML INFANTIL (COD DO CEP 469169) Material: Polipropileno, Capacidade: 1 ML, Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha, Adicional: Graduada (Escala Ui), Numerada. Tipo Agulha: C/ Agulha Fixa Cerca 30 G X 8 Mm. Embalagem com 100 unidades.	469169	EMBL	300	R\$ 24,5100	R\$ 7.353,0000
120	BOLSA COLOSTOMIA (COD DO CEP 477339) Aplicação: Intestinal, Tipo: Bolsa, Modelo: Fechada, Tipo Bolsa: Antiodor Opaca, Diâmetro: Flange Até 70 MM	477339	UND	30	R\$ 25,4733	R\$ 764,1990
121	SOLUÇÃO USO MÉDICO PHMB (COD DO CEP 471162) Tipo: À Base de Biguanida (PHMB), Concentração: 0,1%, Aplicação: Uso Tópico, Frasco 350 ML.	471162	FR	500	R\$ 77,4200	R\$ 38.710,0000
122	SONDA TRATO URINÁRIO N10 (COD DO CEP 436230) Modelo: Uretral, Material: Pvc, Calibre: 10 FRENCH, Conector: Conector Padrão C/ Tampa, Comprimento: Cerca 20 CM Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica Fechada, Componentes: C/ Orifícios Laterais, Esterilidade: Estéril, Descartável, Embalagem: Embalagem Individual. Caixa contendo 100 unidades.	436230	CX	200	R\$ 56,3333	R\$ 11.266,6600
123	SONDA TRATO URINÁRIO N12 (COD DO CEP 435986) Modelo: Uretral, Material: Pvc, Calibre: 12 FRENCH, Conector: Conector Padrão C/ Tampa, Comprimento: Cerca 40 CM	435986	CX	100	R\$ 83,2500	R\$ 8.325,0000

	Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica Fechada, Componentes: C/ Orifícios Laterais, Esterilidade: Estéril, Descartável, Embalagem: Embalagem Individual. Caixa contendo 100 unidades					
124	SONDA TRATO URINÁRIO N 14 (COD DO CEP 435982) Modelo: Uretral, Material: Pvc, Calibre: 14 FRENCH, Conector: Conector Padrão C/ Tampa, Comprimento: Cerca 40 CM, Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica Fechada, Componentes: C/ Orifícios Laterais, Esterilidade: Estéril, Descartável, Embalagem: Embalagem Individual Caixa contendo 100 unidades	435982	CX	100	R\$ 71,5000	R\$ 7.150,0000
125	SONDA TRATO URINÁRIO N16 (COD DO CEP 435985) Modelo: Uretral, Material: Pvc, Calibre: 16 FRENCH, Conector: Conector Padrão C/ Tampa, Comprimento: Cerca 40 Ponta: Ponta Distal Cilíndrica Fechada, Componentes: C/ Orifícios Laterais, Esterilidade: Estéril, Descartável, Embalagem: Embalagem Individual Caixa contendo 100 unidades.	435985	CX	100	R\$ 88,6666	R\$ 8.866,6600
126	SONDA TRATO URINÁRIO N18 (COD DO CEP 435983) Modelo: Uretral, Material: Pvc, Calibre: 18 FRENCH, Conector: Conector Padrão C/ Tampa, Comprimento: Cerca 40 CM, Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica Fechada, Componentes: C/ Orifícios Laterais, Esterilidade: Estéril, Descartável, Embalagem: Embalagem Individual Caixa contendo 100 unidades.	435983	CX	50	R\$ 116,0000	R\$ 5.800,0000
127	TERMOMETRO CLÍNICO (COD DO CEP 435801) Ajuste: Digital, Escala: Até 45 °C, Tipo*: Uso Axilar E Oral, Componentes: C/ Alarmes, Memória: Memória Última Medição	435801	UND	100	R\$ 13,2500	R\$ 1.325,0000

	Embalagem: Embalagem Individual. Com estojo.					
128	TERMOMETRO GELADEIRA (COD DO EP 384214) Tipo: Digital, Faixa Medição Temperatura: -50°C A +70 °C, Aplicação: Geladeira, Material: Plástico, Características Adicionais: Display Cristal, Base Magnética, Alarme, Sensor. Alimentação: Pilha	384214	UND	100	R\$ 67,2533	R\$ 6.725,3300
129	TERMOMETRO ALIMENTOS (COD DO CEP 432668) Tipo: Digital, Faixa Medição Temperatura: - 50°C A 300 °C, Aplicação: Alimentos, Material: Plástico E Aço Inox, Características Adicionais: Tipo Espeto Digital, Com Leitor Lcd A Prova D'Agua, Precisão: 1 °C.	432668	UNID	10	R\$ 45,3233	R\$ 453,2330
130	TESOURA INSTRUMENTAL IRIS RETA (COD DO CEP 471689) Modelo 2: Micro Tesoura Noyes Iris, Tipo Ponta: Ponta Reta, Comprimento Total: Cerca De 12 CM, Material: Aço Inoxidável. Esterilidade: Esterilizável.	471689	UND	200	R\$ 18,7500	R\$ 3.750,0000
131	TESOURA INSTRUMENTAL IRIS CURVA (COD DO CEP 485447) Modelo 1: Íris, Tipo Ponta: Ponta Curva, Característica Ponta: Fina, Haste: Haste Reta, Comprimento Total: Cerca De 14 CM. Material: Aço Inoxidável. Esterilidade: Esterilizável.	485447	UND	50	R\$ 33,6633	R\$ 1.683,1650
132	TIRA REAGENTE (COD DO CEP 287389) Aplicação: P/ Glicemia Digital, Compatibilidade: Compatível Com Aparelho Accu Chek. Embalagem contendo 50 tiras	287389	EMBL	2.000	R\$ 105,5866	R\$ 211.173,2000
133	SWAB (COD DO CEP 440736) Material: Haste Plástica, Tipo Ponta: Ponta De Algodão, Apresentação*: Embalagem	440736	CX	100	R\$ 77,9666	R\$ 7.796,6600

	Individual Em Tubo Plástico, Aditivos: Com Solução Reagente, Esterilidade: Estéril. Tipo De Uso: Descartável. Caixa com 100 und.					
134	iodo (COD DO CEP 279285) Apresentação: Tintura À 2%. Frasco 01 litro.	279285	FR	60	R\$ 54,1366	R\$ 3.248,1960
135	TUBO P COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA 4ML (COD DO CEP 433745) Material: Plástico, Volume: 4 ML, Componentes: Com Ativador De Coágulo, Uso: Coleta De Sangue, Característica Adicional: À Vácuo Esterilidade: Estéril, Descartável. Caixa com 100 und.	433745	CX	150	R\$ 62,0000	R\$ 9.300,0000
136	VASILINA LIQUIDA (COD DO CEP 379322) Aspecto físico, líquido esbranquiçado, fluido, leve, Grau de pureza, pureza mínima de 99%, Característica adicional, estéril Número de referência química, cas 8042-47-5. Frasco 500ml.	379322	FR	50	R\$ 43,9666	R\$ 2.198,3300
Valor estimado da contratação R\$ 1.212.694,9830 (um milhão duzentos e doze mil seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos)						

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado.

2- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- Considerando o exposto, a alternativa adequada para o atendimento da necessidade apresentada é a aquisição dos materiais conforme especificações apresentadas nos itens deste ETP, em virtude de que estas atendem aos requisitos necessários para o desenvolvimento das atividades das unidades básicas de saúde, visando favorecer a competitividade entre os ofertantes e promover a aplicação eficiente dos recursos e a economicidade, em conformidade com a legislação vigente.

- Para atendimento da demanda, devem ser adquiridos os materiais médicos conforme especificações técnicas e demais requisitos indicados nos itens deste ETP.
- A entrega do material deverá ocorrer de forma única, em até 10 dias úteis, após recebimento da NAF, no Almoxarifado Central, setor responsável pelo recebimento de bens e materiais da Instituição.
- Os materiais entregues em desacordo com as especificações solicitadas, deverão ser substituídos no prazo de 48 horas, a contar da notificação do Serviço de Almoxarifado.

3 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Registro de Preço para eventual e futura aquisição de materiais médicos/ambulatoriais/hospitalares, visa a necessidade de suprir as Unidades de Saúde, para o atendimento diário, nas consultas médicas, curativos, preventivos e demais serviços ofertados nas Unidades de Saúde e demais Divisões de saúde do Município.

É importante frisar que os referidos materiais são usados diariamente nas atividades desenvolvidas na rede municipal de saúde, sendo desse modo, elementos essenciais para a execução com qualidade, eficiência e rapidez dos serviços e atividades ofertados aos usuários do SUS. Sendo que a falta desses itens poderá gerar problemas, ou seja, pode causar danos à saúde pública. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência do fornecimento do objeto com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários.

3.2. A quantidade a ser adquirida foi mensurada diante da necessidade de troca e ou reposição de estoque dos itens solicitados e da disposição financeira para a aquisição. Cabe esclarecer que os quantitativos ora solicitados dos produtos, baseiam-se nos relatórios de gastos dos períodos anteriores.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Conforme levantamento realizado pelas Unidades básicas de saúde, para atendimento da necessidade apresentada nos itens deste ETP, foram verificados os materiais médicos disponíveis no mercado de diversos fabricantes.

4.1.2. Foram definidas as especificações dos itens com base nos requisitos essenciais e suficientes para desenvolvimento das atividades práticas, sendo afastados requisitos que direcionam para marca/modelo ou que possam restringir a competição.

4.1.3. Para a disponibilização dos materiais, os mesmos devem ser adquiridos por meio de processo de compras, conforme legislação vigente, cuja modalidade será definida pelo Serviço de Licitações e Compras.

4.1.4. Esta contratação não será de caráter continuado, podendo ser adequado em licitações posteriores;

5 – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

5.1. O prazo de entrega dos bens/ produtos é de 10 (dez) dias corridos, contados do(a) recebimento da NAF – Nota de Autorização de Fornecimento, em remessa única, sob pena de serem aplicadas as sanções estabelecidas no Edital;

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer

pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.2. Os bens/produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: ALMOXARIFADO CENTRAL – Av: Gabriel Passos, 10 – centro – Carlos Chagas/MG.

5.2. Os bens/produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02(dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata ou instrumento equivalente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.2.1. Os bens/produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. Os bens/produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 02(dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da Ata ou instrumento equivalente.

5.5. Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

6 - GARANTIA DOS PRODUTOS:

6.1. O prazo de garantia contratual dos bens/produtos, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 06 (seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7 - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA/ CONTRATO:

7.1. A Ata ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

7.1.1. GESTOR DA ATA/CONTRATO: *Ludmila Aparecida Soares Souza, Secretária Municipal de Saúde*; saude@carloschagas.mg.gov.br – 33-98802654.

7.1. 2. FISCAL DA ATA/CONTRATO: *Sheila Souza Pinheiro, Coordenadora da Atenção Básica*, atencaobasica@carloschagas.mg.gov.br - 33 98813-5700.

7.2. A Ata ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.4. A execução da Ata ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da Ata ou instrumento equivalente, ou pelos respectivos substitutos.

7.4.1. O fiscal da Ata ou instrumento equivalente, equivalente anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.4.2. O fiscal da Ata ou instrumento equivalente informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Ata ou instrumento equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

7.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da Ata ou instrumento equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata ou instrumento equivalente.

7.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da Ata ou instrumento equivalente.

7.8. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.9. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.10. Após a assinatura da Ata ou instrumento equivalente, o Gestor convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao Cadastro de Fornecedores do Município – CFM e/ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF.

7.11.1. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débito Municipal e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no CFM e/ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE/CONTRATADO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:

8.1. A proposta vencedora será selecionada pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM;

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado posteriormente em edital.

9 - OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1.1. Efetuar a entrega dos bens/produtos/materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.2. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);

9.1.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 02 (dois) dias o produto com avarias ou defeitos;

9.1.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da licitação;

9.1.6. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 02 (dois) que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.7. Manter, durante toda a execução da Ata ou instrumento equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta da Ata ou instrumento equivalente;

9.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da Ata ou instrumento equivalente.

9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

9.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

9.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.2.5. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência.

10 - AFERIÇÃO E PAGAMENTO:

10.1. A avaliação da execução do objeto verificará a adequada qualidade do fornecimento dos produtos/bens, devendo haver o redimensionamento no pagamento sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

10.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de 30(trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo, com base na(s) Nota(s) Fiscal(is), devidamente conferidos e aprovados pelo CONTRATANTE.

10.2.1. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à sua prévia conferência pelo fiscal da Ata ou instrumento equivalente.

10.2.2. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo CONTRATANTE.

10.2.3. Nas Notas Fiscais **deverão** vir os dados bancários completos da CONTRATADA, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da CONTRATADA.

10.3. Para que os pagamentos possam ser efetuados, a contratada deverá apresentar, junto à nota fiscal de produtos, a seguinte documentação:

I - Documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista;

10.4. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

10.5. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar Nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

10.6. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes da Ata ou instrumento equivalente.

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

10.301.2008.4061 - MANUT. ATIVID. ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

3.3.90.30.00 - Material de Consumo – F: 375

- 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos
- 1.600 - Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.Fed. -BI
- 1.621 – Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. GOV
- 1.631 – Transf.Gov. Fed. Ref. Conv. Inst Cong. Vinc à
- 1.659 – Outros Recursos Vinculados à Saúde

10.301.2008.4064 - ENFRENTAMENTO EMERGÊNCIA SAÚDE -COVID-19

3.3.90.30.00 - Material de Consumo – F: 386

- 1.600 - Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.Fed. -BI
- 1.602 –Transf. F/F Recur. SUS – Bloco Man. ASPS COVID-19
- 1.621 – Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. GOV
- 1.659 – Outros Recursos Vinculados à Saúde
- 1.707 – Transf. da União – inc I do art 5º da LC

10.302.2008.4069 - ATIVID. MÉDICAS, AMBULATOR. E HOSPITALAR

3.3.90.30.00 - Material de Consumo – F: 402

- 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos
- 1.600 - Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov. Fed. -BI
- 1.621 – Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. GOV

10.302.2008.4070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO C.A.P.S.

3.3.90.30.00 - Material de Consumo – F: 409

1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos

1.600 - Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov. Fed. –BI

1.621 – Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. GOV

10.302.2008.4071 – ATIVID. CENTRO DE ATIVIDADES CLÍNICAS

3.3.90.30.00 - Material de Consumo – F: 415

1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos

1.600 - Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov. Fed. –BI

10.303.2008.4077 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

3.3.90.30.00 - Material de Consumo – F: 437

1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos

1.600 - Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov. Fed. -BI

1.621 – Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. GOV

10.304.2008.4078 - MANUT. ATIVIDADES VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3.3.90.30.00 - Material de Consumo - F: 442

1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos

1.600 - Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov. Fed. -BI

1.621 – Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. GOV

1.759 – Recursos Vinculados a Fundos

10.305.2008.4079 - ATIV. VIG. SAÚDE CONTR. DOENÇA-PFVS/PVVS

3.3.90.30.00 - Material de Consumo – F: 449

1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos

1.600 - Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov. Fed. -BI

1.621 – Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. GOV

1.706 – Trans Especial da União

1.710 - Transferência Especial dos Estados.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante empenho.

12 - ORIGEM DOS RECURSOS:

(X) Federal; (X) Estadual; (X) Recursos próprios; () Outros _____

Carlos Chagas-MG, 01 de março de 2024.

Sheila Souza Pinheiro

Coordenadora da Atenção Básica

APROVO ESTE TR E DECLARO QUE TENHO CONHECIMENTO DE TODAS AS SUAS CARACTERÍSTICAS, RATIFICANDO, NESTE ATO, O SEU INTEGRAL CONTEÚDO.

Carlos Chagas -MG, 01 de março de 2024.

Ludmila Aparecida Soares Souza
Secretária Municipal de Saúde
Ordenador de Despesa

ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2024

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:			
ENDEREÇO:			
CIDADE:		ESTADO:	CEP:
			CPF
RESPONSÁVEL LEGAL:		CI:	:
TELEFONE/WHATSAPP:		FAX:	
E-MAIL:			
BANCO:			
AG. Nº:		CONTA CORRENTE	

Apresentamos nossa proposta para execução dos serviços do objeto deste Pregão, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

DO OBJETO: Registro de preço para futura e eventual **aquisição de materiais médicos/ambulatoriais/hospitalares para manutenção do atendimento nas Unidades de Saúde do Município**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD	MARCA, MODELO, FABRICANTE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO GLOBAL (R\$)
01						
02						
03						
04						
05						
06						

OBS –

1 – O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes neste Edital e Termo de Referência.

2 - A presente proposta tem prazo de validade de 60 (sessenta) dias;

3 - Estão inclusos no preço todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como transporte, entrega, fretes e seguros, etc.;

4 - Concorda com todas as condições estipuladas no instrumento convocatório;

5 - Indicar os dados bancários da licitante (agência, conta e banco).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
Avenida Capitão João Pinto, 193 - Centro
CEP 39864-000 - CNPJ 18.477.315/0001-90

_____, ____ de ____ de 20____.

(Assinatura do responsável legal da empresa e carimbo com CNPJ)

Nome:

Cargo:

Identidade:

ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2024

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º/20....

A Prefeitura Municipal de Carlos Chagas-MG, com sede na Avenida Capitão João Pinto, 193, Centro, na cidade de Carlos Chagas-MG, inscrita no CNPJ/MG sob o nº 18.477.315/0001-90, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo **[do edital de Licitação nº/20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº]**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)		
01	Especificação	Unidade	Valor da Taxa

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Carlos Chagas-MG.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- a) O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, ou publicação equivalente, observado as exceções previstas na lei 14.133/21, principalmente no art. 176, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

a) O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

b) Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

a) O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

a) Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

b) Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.b.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.b.2. Mantiverem sua proposta original.

c) Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.b.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

a) O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada

dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

- a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.c.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.c.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

a) Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

b) Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

c) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

d) Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

a) Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

b) Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

- c) Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- d) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- e) Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item a), o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- f) O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
 - a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de

preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.d.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 As obrigações das partes e o regime e forma de execução dos serviços são os definidos no Termo de Referência e Edital do presente Processo de Licitação nº ____/2024 – Pregão Eletrônico nº ____/2024.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

- a) As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

12.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Carlos Chagas-MG, de de 20.....

Assinaturas

(Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s))

Anexo único da
Ata de Registro de Preços nº /20....

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>		
01	Especificação	Unidade	Valor da Taxa

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>		
01	Especificação	Unidade	Valor da Taxa